

A. I. N° - 232939.1107/04-4
AUTUADO - BELLYS INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA.
AUTUANTES - MARIA ROSALVA TELES e JOSÉ SILVIO DE OLIVEIRA PINTO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 03/06/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0177-03/05

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. DESTINATÁRIO COM INSCRIÇÃO CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Restou comprovado o equívoco cometido pela repartição fazendária no cancelamento da inscrição do autuado. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 02/11/04, para exigir o ICMS no valor de R\$1.757,72, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada, conforme o Termo de Apreensão e Ocorrências acostado às fls. 5 e 6 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fls. 17 a 19), alegando que a sua inscrição estadual foi indevidamente cancelada, por erro da repartição fazendária, pois não havia nenhuma pendência.

Explica que sua inscrição foi concedida e procedeu à alteração do contrato social, em 21/10/03 e em 29/06/04, via Internet, e que atendeu à intimação fiscal em 21/09/04. Prossegue dizendo que, em 29/09/04, tomou conhecimento de que estava intimado para cancelamento e, ao se dirigir à Inspetoria, foi emitido um extrato comprovando que se encontrava ativo, em processo de diligência desde 27/10/04, vindo a ser intimado (no dia 28/10/04) para apresentar documentos que já tinham sido entregues e, posteriormente, teve a sua inscrição cancelada por não cumprir a diligência, quando ainda não havia sido intimado.

Transcreve o artigo 171, do RICMS/97 e argumenta que “não foi observado nenhum dos critérios previstos na legislação pertinente, primeiro porque todas as intimações foram atendidas, e o cancelamento deu-se anterior a entrega da intimação fiscal, ou seja, o contribuinte não foi intimado a prestar esclarecimentos”. Por fim, requer a improcedência do Auto de Infração.

O auditor fiscal José Silvio de Oliveira Pinto prestou a informação fiscal (fl. 40), afirmando que o contribuinte “não contesta em momento algum o motivo determinante do cancelamento da inscrição estadual”, que ocorreu com base no artigo 171, inciso I, do RICMS/97 “quando ficar comprovado através de diligência que o contribuinte não exerce a atividade no local indicado”.

Conclui que o sujeito passivo, no momento da ação fiscal, encontrava-se com a sua situação cadastral irregular junto à Secretaria da Fazenda e pede a procedência do lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS em decorrência da falta de recolhimento do imposto por antecipação, sobre mercadorias adquiridas para comercialização,

procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada, conforme o Termo de Apreensão e Ocorrências acostado às fls. 5 e 6 dos autos.

O autuado impugnou o lançamento, alegando que a sua inscrição estadual foi indevidamente cancelada por erro da repartição fazendária, pois não havia nenhuma pendência. Explicou o histórico de sua empresa e argumentou que atendeu a todas as intimações e que o cancelamento ocorreu sem que tivesse sido intimado.

Verifico, pelos documentos acostados aos autos, que o autuado foi intimado para cancelamento em 29/09/04, por meio do Edital nº 37/2004 pela não localização do endereço de seu estabelecimento (fls. 11, 12 e 27), porém apresentou pedido de reativação da inscrição em 07/10/04, antes de esgotado o prazo de vinte dias concedido pela repartição para regularização de sua situação cadastral (fl. 28). Portanto, restou evidente o equívoco cometido pela repartição fazendária no cancelamento da inscrição do autuado (em 27/10/04), antes da apreciação do pedido de reativação, posteriormente deferido (fl. 28), razão pela qual considero indevida a exigência imposta por meio deste Auto de Infração.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232939.1107/04-4** lavrado contra **BELLYS INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de maio de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA- PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR